

nº 671

de 09 de dezembro de 2013

**“AUTORIZA A AQUISIÇÃO D  
BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PAR  
SORTEIO DA CAMPANHA D  
PRÊMIOS QUE ESPECIFICA E D  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MAT  
ROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal **aprovou** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal de Sonora - M  
torizado a adquirir bens móveis e/ou imóveis até o limite de 2% (dois por cento) c  
lor total do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urban  
IPTU do respectivo exercício e sorteá-los, em doação, aos contribuintes qu  
rticiparem da campanha de sorteio de prêmios.

**Art. 2º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar p  
creto a Campanha de Premiação de que trata a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



# ário do Estad

Quarta-Feira, 11 de Dezembro de 2013

...ante Deus. São as nossas atitudes que nos diferenciam uns dos outros."

PREÇO POPULAR

R\$ 1,00

Edição nº

2.009

Ano XI

Previsão

do tempo

29 mm

Coxim

Min 23°

Max 28°

V

F

## iciais de MS desarticula o armado do 'novo canga



marquass

AIDIZIO busca recursos  
para reformar e ampliar  
aeroporto de Coxim

PG 03

APROVADA PELOS MÉDICOS

**Ótica Br.**

PREÇOS BAIXOS

- Adulto e Infantil
- Recém Nascido

Atylo Garcia-Pereira 3291-7821

Assessoria



PG 04

Edição MS



# TEIS

## I Coxim

internet, estacionamento  
2 piscinas, sala de jogos,  
playground.  
/ BR 163 KM 729

## Tayamã

mel, café da manhã e  
lanchamento.

www.hotelstayamã.com.br

3-A, Flávio Garcia - Coxim / MS

## Avenida

representantes comerciais.  
net. Ampio estacionamento  
iberto.

3291-5530

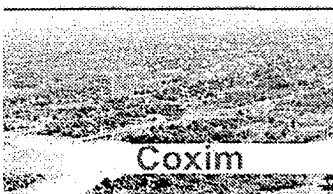
9, Flávio Garcia - Coxim / MS

## Neves

or. TV, frigobar e internet.  
to interno coberto.

1273 / 3291-4843

931, Flávio Garcia - Coxim / MS



Coxim

## Churrascaria Taquari

odos os dias  
20 opção de churrascos.  
0 pratos quentes e frios  
IX: **9618-2423**

3- Saída p/ silviolândia

## e Sabor.com

ato Feito, Marmiteix  
e Feijoadá (aos sábados)  
**618-2406**

tem frente a Caixa Econômica)

**Israel**  
**ELETRICISTA**  
Serviços elétricos  
em geral  
9632-5602/9935-4356  
R. General Mendes de Moraes, 185  
3. Jardim Nova Mato Grosso Coxim MS

## SONORA

Lei nº 671 de 09 de dezembro de 2013.  
"AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BENS  
MÓVEIS E IMÓVEIS PARA SORTEIO DA  
CAMPANHA DE PRÊMIOS QUE LANCARÁ  
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso  
das atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e ele SANCIONA a seguinte  
Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Sonora  
- MS, autorizado a adquirir bens móveis e imóveis  
até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do  
lançamento do imposto sobre a Propriedade Predial  
e Territorial Urbana - IPTU da respectiva exercício  
e sortear-los, em doação, aos contribuintes que  
participarem da campanha de sorteio de prêmios.

Art. 2º. Fica o Executivo Municipal autorizado a  
regularizar por Decreto a Campanha de Premiação  
de que trata a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Yuri Percebo Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

Lei nº 672 de 9 de dezembro de 2013.

"IMPOR, SOBRE A CRIAÇÃO DE MENUS E  
AUMENTAÇÃO E AUMENTO VIGÊNCIA DO  
AMBIENTE DO PROGRAMA "MAIS  
MÉDICOS" ESTABELECIDO PELA  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 621, DE 08 DE  
JULHO DE 2013 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso  
das atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e ele SANCIONA a seguinte  
Lei:

Art. 1º. Ficam isentas 5 (cinco) Boletins de Auxílio  
Alimentação no valor de R\$ 1.000,00 (um mil  
reais), destinadas aos médicos que atuam no  
Município, vinculados ao Programa "Mais  
Médicos", nos termos da Medida Provisória nº  
621, de 08 de julho de 2013.

Art. 2º. Ficam isentas 5 (cinco) Boletins de Auxílio  
Moral no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais)  
destinados aos médicos que atuam no Município,  
vinculados ao Programa "Mais Médicos", nos  
termos da Medida Provisória nº 621, de 08 de  
julho de 2013.

Art. 3º. Em caso de aumento comprovado das  
despesas a que se referem os artigos 1º e 2º, fica o  
Executivo autorizado a atualizar os valores,  
mediante Decreto.

Art. 4º. As despesas decorrentes da criação desta  
Lei correrão por conta de dotações orçamentárias  
próprias e de repasses do Sistema Único de Saúde.  
Parágrafo Único. Fica o Executivo autorizado a  
abrir crédito especial para atender as despesas desta  
Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.

Yuri Percebo Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 74 DE 9 DE DEZEMBRO  
DE 2013.

"ANULAR A LEI COMPLEMENTAR Nº 64/2006, referente  
a concessão de concessão - IPTU para imóveis  
urbanos que estão submetidos a lotizações  
específicas e outras providências".

Yuri Percebo Barbosa Vales, Prefeito Municipal  
de Sonora - Estado de Mato Grosso do Sul, no uso  
das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do  
Município.

Fica saber que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sancionei e promulgo a seguinte Lei  
Complementar Municipal:

Art. 1º - A Lei Complementar nº 024/2006, passa  
a vigorar acrescida do artigo 22-A, que assim dispõe:

Art. 22-A. Ficam isentas do pagamento do IPTU -  
Imposto Predial e Territorial Urbano, os imóveis  
que se encontram em áreas com plantações  
agrícolas, comunitárias, destinadas pelo setor  
competente do Município de Sonora,  
considerando a destinação econômica do imóvel  
voluntária e espontânea, e quando se encontrar  
em áreas de preservação ambiental, de acordo com a Lei nº 11.327, de  
12 de maio de 2006, e a Lei Complementar nº 024/2006.

Art. 2º - A aplicação incidirá sobre o imóvel ou  
fração, quando comprovado existir o estado de  
destinação agrícola, obrigando-se o beneficiário  
a comprovar tal situação junto ao Município de  
Sonora, sob pena de ser revogada tal benefício e  
vir a responder pelos débitos eventualmente  
existentes e demais sanções cabíveis.

Art. 3º - A isenção será suspensa imediatamente  
quando constatada uma das seguintes ocorrências:  
I - o beneficiário tenha a construir no imóvel;  
II - seja dada outra finalidade de uso para o imóvel  
que não a destinação agrícola;

III - seja aplicado que o pedido para  
reconhecimento da isenção foi instruído com  
documentos falsos ou foram prestadas as  
informações falsas ou incorretas;

Art. 4º - O beneficiário, no caso de suspensão da  
isenção, responderá, além do pagamento do  
imposto devido, das demais sanções cabíveis.

## SONORA

Lei Complementar nº 74 DE 9 DE  
DEZEMBRO DE 2013.

"ALTERA O INCISO V DO ART. 54 E  
INSERE O ART. 54-A DO PLANO  
DIRETOR - LEI COMPLEMENTAR 029/  
2007, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Yuri Percebo Barbosa Vales, Prefeito  
Municipal de Sonora, Estado de Mato  
Grosso do Sul, no uso das atribuições que  
lhe confere a Lei Orgânica do Município  
Fica saber que a Câmara Municipal  
aprovou e eu sancionei e promulgo a  
seguinte Lei Complementar Municipal:

Artigo 1º - O inciso V do art. 54, do Plano  
Diretor - Lei Complementar 029/2007,  
passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 54...

V - O tamanho mínimo para lotes urbanos  
é de 200 m².

Art. 2º - A Lei Complementar nº 029/2007,  
passa a vigorar acrescida do artigo 54-A,  
que assim dispõe:

Art. 54-A. Fica autorizada a regularização  
de lotes de terrenos urbanos com metragem  
inferior a 200 m² e superior a 125 m², com  
limite mínimo de 7 (sete) metros, que já  
possuam construção, interestes a publicação  
desta Lei Complementar.

Parágrafo Primeiro. Fixa-se o prazo de 01  
ano, a contar da data da publicação desta  
Lei para o exercício do direito previsto no  
art. 54-A.

Parágrafo Segundo. A comprovação será  
feita através de apresentação de conta de  
água e energia retroativa, cadastrada no  
imóvel.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data da  
sua publicação, revogadas as disposições  
em contrário.

Yuri Percebo Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CAUCA Nº 006/2013 DE  
05 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre o Plano de Ação deste  
conselho para o Ano de 2014."

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE de Sonora - MS, em  
reunião ordinária, realizada na sala de  
reuniões da Prefeitura Municipal, situada  
a Av. Marcelo Miranda Soares nº. 750, no  
dia 05 de Dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação, que  
norteará as atividades a serem  
desenvolvidas no Ano de 2014, ficando  
disposto da seguinte maneira:

AÇÃO ESTRATÉGICA-RESPONSÁVEL-  
PRAZO

INICIAR PROCESSO DE INSCRIÇÃO  
DA REDE DE ACOLEHIMENTO E  
ENTIDADES ANALISAR  
DOCUMENTAÇÃO REALIZAR VISITA  
DE FISCALIZAÇÃO. DIVULGAR  
PARCEIRO - CMDCA-ABRIL / 2014

REALIZAR REUNIÃO ORDINÁRIA-  
CONVOCAR OS MEMBROS  
TITULARES INFORMANDO LOCAL,  
DATA E HORÁRIO-CMDCA-MENSAL

ESTUDAR LEI DE CRIAÇÃO DO  
CMDCA-REALIZAR ESTUDO, FAZER  
AS ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS-  
CMDCA - JURÍDICO-MAIO / 2014

ESTUDAR O REGIMENTO INTERNO  
DO CMDCA-REALIZAR ESTUDO,  
FAZER AS ATUALIZAÇÕES  
NECESSÁRIAS-CMDCA - JURÍDICO-  
MAIO / 2014

ESTABELECE-SE UMA COMISSÃO DE  
ESTUDOS-ELIGIR UMA COMISSÃO  
DENTRE OS MEMBROS DO CMDCA,  
PARA REALIZAR ESTUDOS-CMDCA-  
JANEIRO / 2014

ADRIAR A CAMPANHAS-REALIZAR  
MOBILIZAÇÃO DO CMDCA COM  
RELAÇÃO - A CAMPANHAS  
RELAÇONADAS A CRIANÇAS-  
CMDCA-DEZEMBRO / 2014

VIABILIZAR A ELABORAÇÃO DO  
REGIMENTO INTERNO DO  
CONSELHO TUTELAR-ESTUDAR A  
LEGISLAÇÃO VIGENTE E  
ELABORAR O REGIMENTO INTERNO  
DO CT-CMDCA - JURÍDICO-MAIO /  
2014

COMPOR NOVA FORMAÇÃO DO  
CMDCA-REALIZAR ESTUDO PARA  
MODIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO-  
CMDCA / GERÊNCIAS- ENTIDADES-

# Governo convoca re discutir segurança n

As cenas de violência regis-  
tradas entre torcedores duran-  
te o jogo entre o Vasco da Gama  
e o Atlético Paranaense, domín-  
go (8) à tarde, em Joinville, San-  
ta Catarina, ofuscaram o brilho  
da última rodada do Campeona-  
to Brasileiro deste ano e leva-  
ram os ministérios do Esporte e  
da Justiça a retomar a discus-  
são sobre a segurança nos es-  
tádios brasileiros.

Depois de uma conversa  
sobre o assunto, os ministros do  
Esporte, Aldo Rebelo, e da Jus-  
tiça, José Eduardo Cardozo, de-  
cidiram convidar representantes  
do Superior Tribunal de Justiça  
Desportiva, Conselho Nacional  
do Ministério Público, Conselho  
Nacional de Justiça e da Confe-  
deração Brasileira de Futebol  
para discutir a aplicação do Es-  
tatuto do Torcedor em casos de  
violência durante os jogos. Re-  
presentantes das federações e  
dos clubes de futebol também  
estão sendo convidados para

participar  
para an

Em  
2003, c

(Lei N°  
comple

venir a  
que es

compar  
rações,  
bes, as

esporti  
vas e a  
res, inc

vos dir  
queles  
promov

nam ou  
esporti

O ei  
cabe à  
manter

seus a  
com no  
filiação;

do CPF  
tado ci  
complei

## PEDRO GOMES

DECRETO Nº 117 de 05 de dezembro  
de 2013

O Prefeito Municipal de Pedro Gomes,  
Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das  
atribuições que lhe confere o inciso V do  
art. 89 da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º - Conceder afastamento para  
Exercício de Mandato Eletivo, sem ônus  
para a origem, a Gustavo Mota de Moura,  
ocupante da cargo de Professoral de  
Educação, exercente a função de professor  
do quadro permanente de pessoal da  
Prefeitura Municipal de Pedro Gomes, com  
fulcro no Art. 101, inciso III, do Lei nº 259/  
2003 de 13 de janeiro de 2003.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na  
data de sua publicação, revogando seus  
efeitos a 02 de dezembro de 2013,  
revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
MUNICIPAL DE PEDRO GOMES  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013

FRANCISCO VANDERLEY MOTA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado de acordo com  
art. 99 da COM-1990.

## RIO VERDE

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL

RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Conselho Municipal de Assistência  
Social em parceria com a Prefeitura  
Municipal de Rio Verde de Mato Grosso,  
Estado de Mato Grosso do Sul, convoca as  
entidades de classe, associações e vis  
comunitárias e os municípios em geral, par  
a Audiência Pública que, em atendimento  
ao disposto a Resolução 10 do Conselho  
Nacional de Assistência Social, de 16 de  
maio de 2010, Artigo 15, fará no dia 11 de  
Dezembro de 2013 (quarta-feira), às 09:00  
horas, tendo como local a Sala de Reuniões  
dos Conselhos, situado à Rua Mário  
Antonio nº 430, Bairro: Nova Rio Verde,  
para tratar do seguinte assunto:

Demonstração dos valores executados no  
ano de 2013 referente os repasses  
realizados para as entidades inscritas no  
Conselho Municipal de Assistência  
Social.

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 05 de  
Dezembro de 2013

Adriana Salomão Calegri  
Presidente do CMAS

Torna publico o resultado da licitação por Pregão  
Serviços de Mão-de-Obra Mecânica e Elétrica de At  
a Lei 10.520/2002, teve o processo julgado DESERTO  
de 2013 - Francisco Vanderley Mota, Prefeito Muni  
Pregoeiro, Pedro Gomes, 10 de dezembro de 2013

MOXI  
requer  
Mato G  
Elença  
atividade  
Lore S  
municíp  
determi  
An-En

REPUBLICA-SE POR INCORREÇÃO

nº 671

de 09 de dezembro de 2.013

**“AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA SORTEIO DA CAMPANHA DE PRÊMIOS QUE ESPECIFICA E D OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATOSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal de Sonora - Mato Grosso do Sul, autorizado a adquirir bens móveis e/ou imóveis até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do respectivo exercício e sorteá-los, em doação, aos contribuintes que participarem da campanha de sorteio de prêmios.

**Art. 2º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto a Campanha de Premiação de que trata a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



# ário do Estad

Quarta-Feira, 11 de Dezembro de 2013

*"ante Deus. São as nossas atitudes que nos diferenciam uns dos outros."*

PREÇO POPULAR

R\$ 1,00

Edição nº

2.009

Ano XI

Previsão

do tempo

29 mm

Coxim

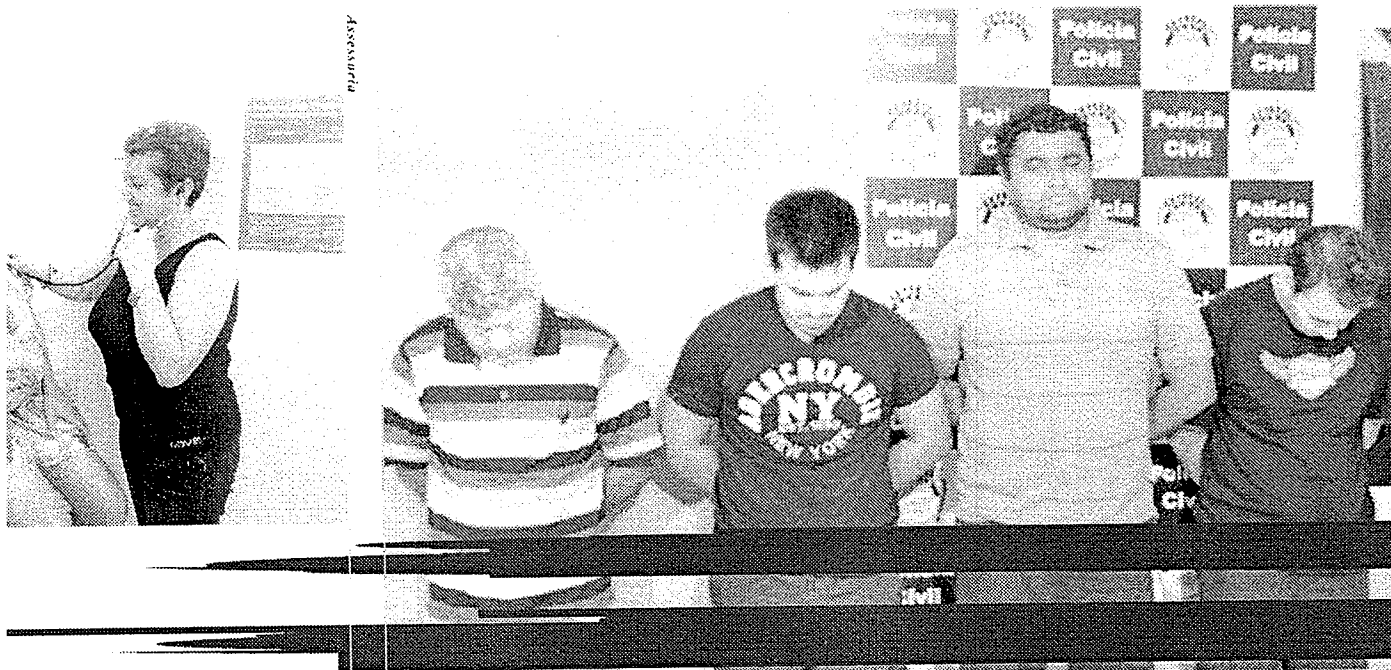
Min 23°

Max 28°

V

F

## iciais de MS desarticula o armado do 'novo cangaço'



**AUIZIO passa recursos  
para reformar e ampliar  
aeroporto de Coxim**

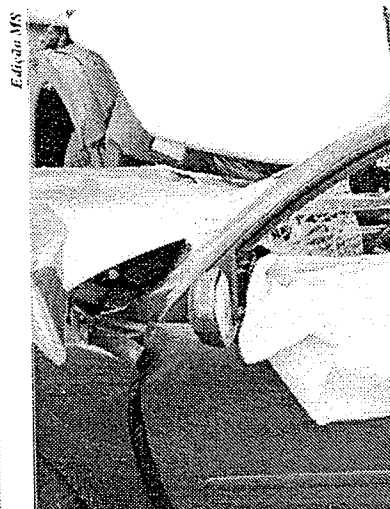
PG 03

**APROVADA PELOS MÉDICOS**  
**Osca Br**

**PREÇOS BAIXOS**

- Adulto e Infantil
- Recém Nascido

Flavio Garcia-Fone: 3291-7824





# FEIS

## Coxim

internet, estacionamento  
piscinas, sala de jogos,  
playground.  
/ BR 163 KM 729

## Tayamã

hot, café da manhã e  
alimento.

www.hoteltayamã.com.br

A. Flávio Garcia - Coxim / MS

## venida

representantes comerciais.  
et. Amplo estacionamento  
interno.

391-5530

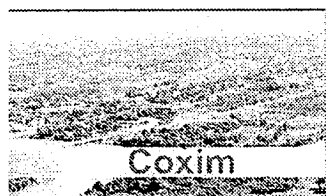
Flávio Garcia - Coxim / MS

## veves

TV, frigobar e internet.  
o interno coberto.

273 / 3291-4843

31, Flávio Garcia - Coxim / MS



Coxim

## churrascaria Taquari

dos os dias

20 opção de churrascos.

pratos quentes e frios

9618-2423

Saída p/ silviolândia

## Sabor.com

to Feito, Marmiteix

Feijoadá (aos sábados)

18-2406

em frente a Caixa Econômica)

**Israel**  
**ELETRICISTA**  
Serviços elétricos  
em geral  
9632-5602/9935-4356  
R. General Mendes da Mota, 185  
B. Jardim Novo Mato Grosso-Coxim/MS

## SONORA

Lei nº 671 de 09 de dezembro de 2013.  
"AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BENS  
MÓVEIS E IMÓVEIS PARA SORTEIO DA  
CAMPANHA DE PRÊMIOS QUE EXECUTARÁ  
E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso  
das atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e ele SANCIONA a seguinte  
Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal de Sonora  
- MS, autorizado a adquirir bens móveis com imo-  
vel até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do  
lançamento do imposto sobre a Propriedade Predial  
e Territorial Urbana - IPTU do respectivo exercício  
e sortelhões, em benefício, aos contribuintes que  
participarem da campanha de sorteio de prêmios.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a  
regularizar por Decreto a Campanha de Promoção  
de que trata a presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.  
Yuri Perotto Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

Lei nº 672 de 9 de dezembro de 2013.

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DE AUXÍLIO  
ALIMENTAÇÃO E AUXÍLIO MORADIA NO  
ÂMBITO DO PROGRAMA "MAIS  
MÉDICOS", ESTABELECIDO PELA  
MEDIDA PROVISÓRIA Nº 621, DE 08 DE  
JULHO DE 2013 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA,  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso  
das atribuições legais, faz saber que a Câmara  
Municipal aprovou e ele SANCIONA a seguinte  
Lei:

Art. 1º. Ficam criados 5 (cinco) Boletins de Auxílio  
Alimentação no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais)  
destinados aos médicos que atuam no Município,  
vinculados ao Programa "Mais Médicos", nos  
termos da Medida Provisória nº 621, de 08 de  
julho de 2013.

Art. 2º. Ficam criados 5 (cinco) Boletins de Auxílio  
Moradia no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais),  
destinados aos médicos que atuam no Município,  
vinculados ao Programa "Mais Médicos", nos  
termos da Medida Provisória nº 621, de 08 de  
julho de 2013.

Art. 3º. Em caso de aumento comprovado das  
despesas a que se refere o artigo 1º e 2º, fica o  
Executivo autorizado a atualizar os valores  
mediante Decreto.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta  
Lei correrão por conta de dotações orçamentárias  
próprias e de repasses de Sistema Único de Saúde  
- Pagaré Unico - para o Executivo autorizado a  
abrir crédito especial para atender as despesas desta  
Lei.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua  
publicação.  
Yuri Perotto Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

Lei Complementar nº 73 DE 9 DE DEZEMBRO  
DE 2013.

"Altera a Lei Complementar nº 024/2006, referente  
à concessão de isenções IPTU para imóveis  
urbanos que estão ocupados com plantações  
cafeeiras específicas e altera o art. 8º, V, referente  
à cobrança de taxas e das outras providências."

Yuri Perotto Barbosa Vales, Prefeito Municipal  
de Sonora, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso  
das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do  
Município,  
faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu  
sanciono e promulgo a seguinte Lei  
Complementar Municipal:

Art. 1º. A Lei Complementar nº 024/2006, passa  
a vigorar acrescida do artigo 22-A, que assim  
dispõe:

Art. 22-A. Ficam isentos do pagamento do IPTU -  
Imposto Predial e Territorial Urbano, os imóveis  
que se encontram ocupados com plantações  
agropecuárias, comprovadamente atestado pelo setor  
competente do Município de Sonora,  
considerando a destinação econômica do imóvel  
voltado à exploração agrícola e que não se encaixam  
nas hipóteses elencadas nos artigos 1º, II, III, IV e  
V, do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 024/  
2006.

Art. 2º. A isenção incidirá sobre o imóvel ou  
fração, quando comprovado estar o estado de  
destinação agrícola, obrigando-se o beneficiário  
a comparecer tal situação junto ao Município de  
Sonora, sob pena de ser revogada tal benefício e  
vir a responder pelos débitos eventualmente  
existentes e demais sanções cabíveis.

Art. 3º. A isenção será automática imediatamente  
quando constatada uma das seguintes situações:  
I - o beneficiário venha a comparecer ao imóvel;  
II - seja dada outra finalidade de uso para o imóvel  
que não a destinação agrícola;  
III - sem apuração que o pedido para  
reconhecimento da isenção foi instruído com  
documentos mínimos ou foram prestadas as  
informações falsas ou incorretas;

Art. 4º. O benefício concedido no art. 1º dependerá  
de requerimento anual do beneficiário,

## SONORA

Lei Complementar nº 74 DE 9 DE  
DEZEMBRO DE 2013.

"ALTERA O INCISO V DO ART. 54 E  
INSERE O ART. 54-A DO PLANO  
DIRETOR - LEI COMPLEMENTAR 029/  
2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Yuri Perotto Barbosa Vales, Prefeito  
Municipal de Sonora, Estado de Mato  
Grosso do Sul, no uso das atribuições que  
lhe confere a Lei Orgânica do Município,  
Faço saber que a Câmara Municipal  
aprovou e eu sanciono e promulgo a  
seguinte Lei Complementar Municipal:  
Artigo 1º - O inciso V do art. 54, do Plano  
Diretor - Lei Complementar 029/2007  
passa a vigorar com a seguinte redação:  
Art. 54...

V - O tamanho mínimo para lotes urbanos  
é de 200 m².

Art. 2º - A Lei Complementar nº 029/2007,  
passa a vigorar acrescida do artigo 54-A,  
que assim dispõe:

Art. 54-A. Fica autorizada a regularização  
de lotes de terrenos urbanos com metragem  
inferior a 200 m² e superior a 125 m², com  
frente mínima de 5 (cinco) metros, que já  
possuam construção anterior à publicação  
desta Lei Complementar.

Parágrafo Primeiro. Fixa-se o prazo de 01  
ano, a contar da data da publicação desta  
Lei para o exercício do direito previsto no  
art. 54-A.

Parágrafo Segundo. A comprovação será  
feita, através de apresentação de conta de  
água e energia retentiva, cadastrada no  
imóvel.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data da  
sua publicação, revogados as disposições  
em contrário.

Yuri Perotto Barbosa Vales  
Prefeito Municipal

## CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 006/2013 DE  
05 DE DEZEMBRO DE 2013

"Dispõe sobre o Plano de Ação deste  
conselho para o Ano de 2014."

O Plenário do CONSELHO MUNICIPAL  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE de Sonora - MS, em  
reunião ordinária, realizada na sala de  
reuniões da Prefeitura Municipal, situada  
à Av. Marcela Miranda Soares nº. 750, no  
dia 05 de Dezembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação, que  
norreia as atividades a serem  
desenvolvidas no Ano de 2014, ficando  
disposto da seguinte maneira:  
AÇÃO-ESTRATÉGIA-RESPONSÁVEL-  
PRAZO

INICIAR PROCESSO DE INSCRIÇÃO  
DA REDE DE ACOLHIMENTO E  
ENTIDADES - ANALISAR  
DOCUMENTAÇÃO, REALIZAR VISITA  
DE FISCALIZAÇÃO, DIVULGAR  
PARCEIR - CMDCA-ABRIL / 2014

REALIZAR REUNIÃO ORDINÁRIA-  
CONVOCAR OS MEMBROS  
TITULARES INFORMANDO LOCAL,  
DATA E HORÁRIO-CMDCA-MENSAL

ESTUDAR LEI DE CRIAÇÃO DO  
CMDCA-REALIZAR ESTUDO, FAZER  
AS ATUALIZAÇÕES NECESSÁRIAS-  
CMDCA / JURÍDICO-MAIO / 2014

ESTUDAR O REGIMENTO INTERNO  
DO CMDCA-REALIZAR ESTUDO,  
FAZER AS ATUALIZAÇÕES  
NECESSÁRIAS-CMDCA / JURÍDICO-  
MAIO / 2014

ESTABELECEER UMA COMISSÃO DE  
ESTUDOS-ELEGER UMA COMISSÃO  
DENTRE OS MEMBROS DO CMDCA,  
PARA REALIZAR ESTUDOS-CMDCA-  
JANEIRO / 2014

ADERIR A CAMPANHAS-REALIZAR  
MOBILIZAÇÃO DO CMDCA COM  
RELAÇÃO A CAMPANHAS  
RELAÇONADAS A CRIANÇAS-  
CMDCA-DEZEMBRO / 2014

VIABILIZAR A ELABORAÇÃO DO  
REGIMENTO - INTERNO DO  
CONSELHO TUTELAR-ESTUDAR A  
LEGISLAÇÃO VIGENTE E  
ELABORAR O REGIMENTO INTERNO  
DO CT-CMDCA / JURÍDICO-MAIO /  
2014

COMPOR NOVA FORMAÇÃO DO  
CMDCA-REALIZAR ESTUDO PARA  
MODIFICAÇÃO DA COMPOSIÇÃO-  
CMDCA / JURÍDICO-MAIO / 2014

## Governo convoca re discutir segurança no

As cenas de violência regis-  
tradas entre torcedores duran-  
te o jogo entre o Vasco da Gama  
e o Atlético Paranaense, domín-  
go (8) à tarde, em Joinville, Santa  
Catarina, ofuscaram o brilho  
da última rodada do Campeona-  
to Brasileiro deste ano e leva-  
ram os ministérios do Esporte e  
da Justiça a retomar a discus-  
são sobre a segurança nos es-  
tádios brasileiros.

Depois de uma conversa  
sobre o assunto, os ministros do  
Esporte, Aldo Rebelo, e da Jus-  
tiça, José Eduardo Cardozo, de-  
cidiram convidar representantes  
do Superior Tribunal de Justiça  
Desportiva, Conselho Nacional  
do Ministério Público, Conselho  
Nacional de Justiça e da Confe-  
deração Brasileira de Futebol  
para discutir a aplicação do Es-  
tatuto do Torcedor em casos de  
violência durante os jogos. Re-  
presentantes das federações e  
dos clubes de futebol também  
estão sendo convidados para

participa  
para ama

Em 1  
2003, o  
(Lei Nº 1  
competen-  
venir a vi-  
que ess  
compartil-  
rações, l-  
bes, ass-  
esportiva  
vas e as  
res, incl-  
vos dirij-  
queles q-  
promove  
nam ou i-  
esportiv-  
O est  
cabe às  
manter o  
seus ass-  
com non-  
filiação; r-  
do CPF;  
tado civil  
completo

## PEDRO GOMES

DECRETO "P" Nº 117 de 05 de dezembro  
de 2013

O Prefeito Municipal de Pedro Gomes,  
Estado de Mato Grosso do Sul, no uso das  
atribuições que lhe confere o inciso V do  
art. 80 da Lei Orgânica do Município,  
DECRETA:

Art. 1º - Conceder afastamento para  
Exercício de Mandato Eletivo, sem ônus  
para a origem, a Gustavo Mota de Moura,  
ocupante do cargo de Profissional de  
Educação, exercendo a função de professor  
do quadro permanente de pessoal da  
Prefeitura Municipal de Pedro Gomes, com  
fulcro no Art. 101, inciso III, da Lei nº 750/  
2003 de 13 de janeiro de 2003.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na  
data de sua publicação, retroagindo seus  
efeitos a 02 de dezembro de 2013,  
revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
MUNICIPAL DE PEDRO GOMES  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013.  
FRANCISCO VANDERLEY MOTA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado de acordo com  
art.99 da LOM/1.990...

## RIO VERDE

CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA SOCIAL  
RIO VERDE DE MATO GROSSO - MS  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Conselho Municipal de Assistência  
Social em parceria com a Prefeitura  
Municipal de Rio Verde de Mato Grosso,  
Estado de Mato Grosso do Sul, convida as  
entidades de classe, associações civis  
comunitárias e os municípios em geral, para  
a Audiência Pública que, em atendimento  
ao disposto a Resolução 16 do Conselho  
Nacional de Assistência Social, de 10 de  
maio de 2010, Artigo 15, fara no dia 11 de  
Dezembro de 2013 (quarta-feira), às 08:00  
horas, tendo como local a Sala de Reuniões  
dos Concelhas, situado à Rua: Mário  
Antonio nº 430, Bairro: Nova Rio Verde,  
para tratar do seguinte assunto:

Demonstração dos valores executados no  
ano de 2013 referente os repasses  
realizados para as entidades inscritas no  
Conselho Municipal de Assistência  
Social.

Rio Verde de Mato Grosso/MS, 05 de  
Dezembro de 2013  
Adriana Salomão Calegari  
Presidente do CMAS

Torna público o resultado da licitação por Pregão  
Serviços de Mão-de-Obra Mecânica e Elétrica de Auto-  
a Lei 10.520/2002, teve o processo julgado DESERTO.  
de 2013. - Francisco Vanderley Mota, Prefeito Municipal  
- Pregociro, Pedro Gomes, 10 de dezembro de 2013.



Objeto de Lei nº 25, de 28 de novembro 2013.

**“AUTORIZA A AQUISIÇÃO E BENS MÓVEIS E IMÓVEIS POR SORTEIO DA CAMPANHA E PRÊMIOS QUE ESPECIFICA E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SONORA, ESTADO DE MATO ROSSO DO SUL**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

**Art. 1º.** Fica o Poder Executivo Municipal de Sonora - Mato Grosso do Sul autorizado a adquirir bens móveis e/ou imóveis até o limite de 2% (dois por cento) do valor total do lançamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do respectivo exercício e sorteá-los, em doação, aos contribuintes que participarem da campanha de sorteio de prêmios.

**Art. 2º.** Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto a Campanha de Premiação de que trata a presente Lei.

**Art. 3º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

# **Câmara Municipal de Son**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

CNPJ: 24.659.161/0001-50

Fone: (67) 3254-1173

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**PARECER N.º 29/2013**

**DO PROJETO DE LEI N.º 25/2013**

**AUTORIZAÇÃO: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**EMENTA: "AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA O SORTEIO DA CAMPANHA DE PRÊMIOS QUE ESPECIFICA E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

## **- O RELATÓRIO**

Foi-nos encaminhado a esta Casa o Projeto de Lei n.º 25/2013, de autoria do Poder Executivo Municipal, pedindo autorização para a aquisição de bens móveis e imóveis para sorteio da campanha de prêmios, que serão sorteados aos contribuintes que estiverem em dia com o pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Requer autorização para regulamentar por Decreto a Campanha de Premiação que trata a Lei supramencionada.

## **- PARECER E VOTO**

A Comissão de Orçamento e Finanças, reunida para estudo e emissão de Parecer sobre o Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, opinando favoravelmente à aprovação do mesmo, respeitando, porém, a decisão do CColendo Plenário desta Casa e Leis.

Sala das reuniões, 03 de dezembro de 2013.

**Ver. VIRGÍLIO CASIMIRO DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Ver. ARNALDO PEREIRA DE SOUZA**



# **Câmara Municipal de Son**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

CNPJ: 24.659.161/0001-50

Fone: (67) 3254-1173

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS**

**ARECER N.º 29/2013**

**O PROJETO DE LEI N.º 25/2013**

**AUTORIA: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

**MENTA: "AUTORIZA A AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS PARA  
SORTEIO DA CAMPANHA DE PRÊMIOS QUE ESPECIFICA E  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

## **– O RELATÓRIO**

Foi-nos encaminhado a esta Casa o Projeto de Lei n.º 25/2013, de autoria executiva Municipal, pedindo autorização para a aquisição de bens móveis e imóveis para sorteio da campanha de prêmios, que serão sorteados aos contribuintes estiverem em dia com o pagamento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

Requer autorização para regulamentar por Decreto a Campanha de Premiação que trata a Lei supramencionada.

## **I – PARECER E VOTO**

A Comissão de Orçamento e Finanças, reunida para estudo e emissão de Parecer o Projeto de Lei em tela, após o relatório, emite o seguinte Parecer e Voto:

O Projeto de Lei encontra-se amparado pela Lei Orçamentária em vigor.

Concluimos pela sua tramitação regimental, opinando favoravelmente à aprovação do mesmo, respeitando, porém, a decisão do CColendo Plenário desta Câmara de Leis.

Sala das reuniões, 03 de dezembro de 2013.

**Ver. VIRGÍLIO CASIMIRO DE OLIVEIRA**  
Presidente

**Ver. ARNALDO PEREIRA DE SOUZA**



**NSAGEM Nº 31/2013**

Sonora-MS, 28 de novembro de 2013

Ilhustre Presidente da Câmara Municipal de Sonora,  
Ilhustres Vereadores,

**Respeitoso**

É com muita honra e satisfação que submeto a esta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 25/2013, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre a autorização para que o Executivo Municipal adquira móveis e imóveis para sorteio de uma campanha de prêmios que especifica e dá outras providências, para sorteio aos contribuintes que estiverem em dia com o pagamento de tributos.

A aquisição de bens móveis e ou imóveis destina-se ao sorteio dos contribuintes que pagarem o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Com a aquisição dos referidos bens, proporcionaremos vantagens não apenas para os contribuintes quanto para a Administração Pública Municipal, uma vez que os contribuintes terão um incentivo a mais para ficarem em dia com os impostos devidos à Prefeitura.

Assim, espero que essa augusta Casa de Leis, através de seus membros, se digne aprovar o presente Projeto de Lei.